Banqueiro apresenta solução para o Brasil e o FMI

REGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — O artigo 4 do acordo do Brasil com os bancos parece ser segundo um banqueiro credor americano, o meio termo entre a ida do Brasil ao Fundo e a aceitação do

fundo de um acordo sem uma carta de intenção do Brasil. O artigo prevê uma inspeção informal das contas brasileiras por uma missão do Fundo uma vez ao ano. Isso, segundo o banqueiro credor que pediu que não tenha seu nome revelado, permitiria ao Brasil firmar um

acordo multianual com os bancos credores este ano ainda e ter a possibilidade de receber novos empréstimos dos bancos internacionais.

— Não vejo problemas no caso brasileiro. Chegou a hora de negociarmos um amplo acordo com o Brasil. É do interesse dos bancos. E acredito que o

Brasil merece melhores termos como uma taxa de risco, spread, mais baixo. Atualmente o Brasil paga até 2,5 por cento acima da taxa londrina Libor, ou seja esta pagando quase 9 nove por cento ao ano. Isso é muito alto. Assim acho que o artigo 4 e uma medida de meio termo para não melindrar nem os Estados Unidos nem o Go-

verno Sarney que não quer ver as medidas do fundo adotadas no Brasil, disse o banqueiro americano no fim da tarde de sexta-feira depois de analisar a viagem do Presidente Sarney.

Segundo as fontes bancárias dos Estados Unidos a viagem do Presidente brasileiro marcou um antagonismo que che-

garia a um impasse com os bancos no ponto do FMI nos próximos meses. Por isso a utilização do artigo 4, que já foi diversas vezes mencionada por William R. Rhodes, Coordenador da dívida externa brasileira e Vice-Presidente do Citibank. Seria a solução ideal para ninguém ficar numa posição constrangedora ou ter de vol-

tar atrás, no caso um meio termo.

— Vamos reescalonar as amortizações brasileiras para os próximos anos e reavaliar a taxa de risco que está muito alta, é um absurdo. Veja bem: chegou a hora de colocar a perspectiva de Nova York de que ninguém está preocupado

com o caso brasileiro que está indo muito bem nas suas contas externas. O México e a Argentina são casos dramáticos e por isso acho que a dívida brasileira vai ser negociada só daqui a alguns meses depois que esses casos mais urgentes e com soluções muito mais difíceis forem resolvidos, continuou o banqueiro.